



REDE REPÓRTER

#TBT DE RUI



Prefeitura insiste em proteger empresa corrupta por causa de “economia fake”

MACEIÓ, 20/03 A 26/03 DE 2021 - ANO I - EDIÇÃO 004 - R\$ 2,00 - WWW.REDEREPORTER.COM.BR

IMUNIZAÇÃO

Governo envia à ALE projeto de lei que autoriza compra direta de vacinas

EQUIPE DO BEMI!

Teca Nelma quer vacinação contra o HPV dentro das escolas municipais



Deputado Marcelo Victor e governador Renan Filho em reunião na manhã desta sexta-feira (19)

MALOQUEIRO

PDT pede a cassação do mandato de vereador por ato que atrapalhou a vacinação em Maceió



MORADIA LEGAL

Prefeito JHC quer legalizar imóveis em Maceió, com poio do Tribunal de Justiça



PANDEMIA

Congresso garante indenização de R\$ 50 mil a profissionais de saúde vítimas da covid-19



VERGONHA

Arthur Lira qualifica crise de Covid-19 no Brasil de vexame internacional

ENTULHOS

Prefeitura cancela contrato com empresa denunciada na “Máfia da Metralha”

REPÚDIO!

LUTO NO SENADO

Morreu na quinta-feira (18) o senador Major Olímpio (PSL-SP). O senador, de 58 anos, informou no dia 2 de março ter sido diagnosticado com covid-19 e estava desde o dia 5 na UTI do Hospital São Camilo, em São Paulo. Nos últimos meses, o senador fez várias declarações a favor da vacinação como única forma de acabar com a doença. Major Olímpio deixa esposa e filhos. A notícia da morte do senador foi divulgada pela assessoria por meio do Twitter: “Com muita dor no coração, comunicamos a morte cerebral do grande pai, irmão e amigo, Senador Major Olímpio. Por lei a família terá que aguardar 12 horas para confirmação do óbito e está verificando quais órgãos serão doados. Obrigado por tudo que fez por nós, pelo nosso Brasil”, diz o post.

VACINAÇÃO

A Agência Europeia do Medicamento (EMA) determinou, após revisão dos dados sobre casos de formação de coágulos em pacientes imunizados com a vacina da Covid-19, que o fármaco é “seguro e eficaz”. “O nosso Comitê Consultivo Global para a Segurança das Vacinas chegou a uma conclusão após a revisão de casos de coágulos sanguíneos em pessoas imunizadas com a vacina da AstraZeneca contra a Covid-19. O comitê chegou a uma conclusão clara e científica: esta é uma vacina segura e eficaz”, indicou uma responsável do regulador europeu, numa coletiva de imprensa.

Oxigênio

A comissão que acompanha as ações de enfrentamento à covid-19 ouviu nesta quinta-feira (18) a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e empresas distribuidoras de oxigênio sobre a possibilidade de colapso no setor. As empresas pediram prioridade de vacinação para funcionários que entregam oxigênio nos hospitais e informaram estar negociando para que em algumas cidades o oxigênio destinado para a indústria seja convertido para a área medicinal. Segundo o Ministério da Saúde, os estados em alerta são Acre, Rondônia, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Ceará e Pará.

Queda

O percentual de crianças e adolescentes de até 19 anos que morreram após terem sido internados por covid-19 caiu nos primeiros meses de 2021 em relação à média de 2020, segundo pesquisa da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP). Chamada de taxa de letalidade, a proporção era de 8,2% entre fevereiro e dezembro do ano passado e ficou em 5,8% de janeiro a 1º de março de 2021. O presidente do Departamento Científico de Infectologia da Sociedade Brasileira de Pediatria, Marco Aurélio Sáfiadi, ressalta que esse percentual não representa a letalidade geral da doença e sim a proporção de vítimas entre os casos que chegam à internação por síndrome respiratória aguda grave (SRAG) relacionada à covid-19. Ele disse acreditar que a redução da letalidade pode estar relacionada à melhora na qualidade do atendimento, decorrente de um conhecimento maior acumulado sobre a doença.

EXPEDIENTE

Vitor Cansanção
Diretor Geral
vitor@skyconnect.com.br
MTE 1841/AL

O jornal REDE REPÓRTER é uma publicação semanal
Endereço para correspondência:
REDACAO@REDEREPORTER.COM.BR



WWW.REDEREPORTER.COM.BR

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião deste jornal.



MARCELO BASTOS

ARTIGO

O popular Sandoval Caju

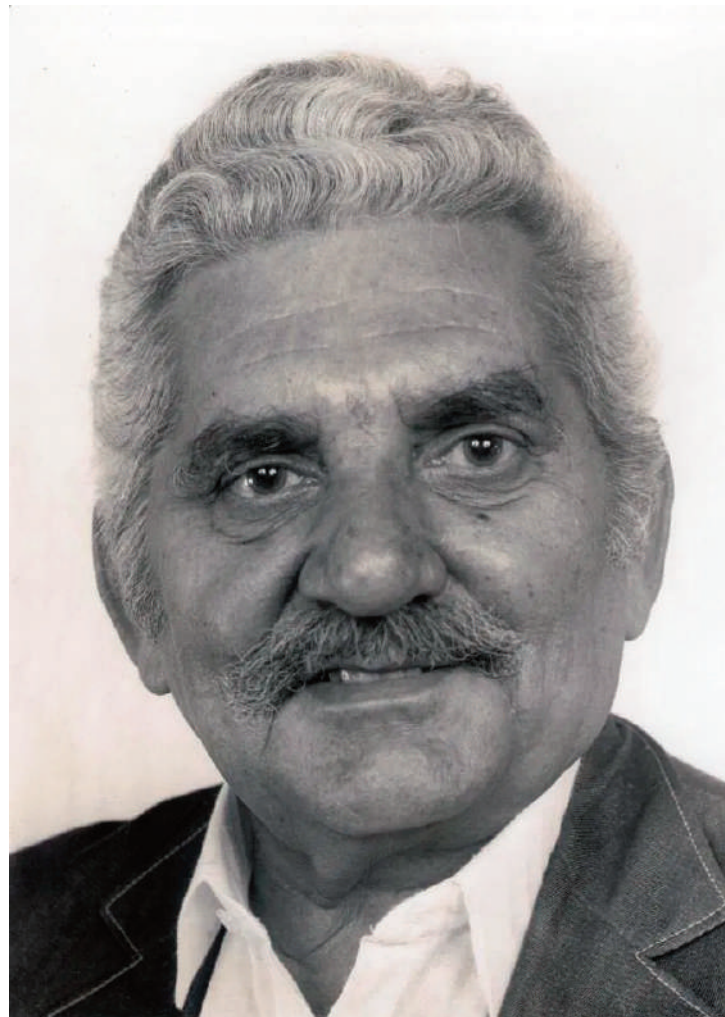
Sandoval Ferreira Caju, nascido na cidade de Bonito de Santa Fé, Paraíba, era alguém de grande presença de espírito que, em pouco tempo, tornou-se um dos mais populares radialistas da rádio Tabajara do seu estado. Em uma rápida estada que esteve em Alagoas, para visitar seu irmão que cursava Direito em Maceió, Sandoval encantou-se e aí resolveu radica-se, onde permaneceu por longos 47 anos.

Começou a sua carreira de radialista em Alagoas pela Rádio Difusora, na qual comandou vários programas de auditório, como Palito de Fósforo e Tribuna do Povo. Esses programas eram de grande apelo popular, o que favoreceu grandemente o seu ingresso com sucesso na carreira política.

Nas eleições de 3 de outubro de 1960, Sandoval Caju foi eleito prefeito de Maceió, vencendo em todas as 223 urnas, tendo por concorrentes naquela ocasião: Jorge Quintela, Joaquim Leão e Cleto Marques Luz.

Nenhum dos vereadores eleitos no pleito de 1960, apoiaram Sandoval Caju na sua consagrada vitória, o que causou a Sandoval muitas dificuldades no seu relacionamento com a Câmara de Vereadores, chegando a resultar em um processo de Impeachment, liderado pelo vereador Domício Falcão. Como Sandoval tinha grande respaldo junto ao eleitorado que o consagrou nas urnas, o processo de Impeachment foi terminantemente abortado.

A gestão de Sandoval Caju foi destacada pela construção e recuperação de praças, o que resultou em 36 praças construídas e 22 recuperadas. A marca registrada das praças era o “S” de Sandoval, porém ele jurava a época que o “S” era simplesmente uma referência à Cidade Sorriso.



“No início de 1964, quando começaram as especulações sobre os possíveis nomes que se envolveriam na disputa do governo de Alagoas em 1965, Sandoval Caju despontou entre os mais comentados. Em seu livro O Conversador, Sandoval admite que essa possibilidade foi difundida tão amplamente, que não se podia “mais deter as manifestações de apoio espontâneo vindas de toda parte, – desde o homem-da-rua da cidade aos próceres políticos interioranos”.

Segundo avaliou Sandoval, foi esta possível candidatura que incomodou o governador Luiz Cavalcante e seu grupo político, que pretendiam controlar a sucessão do governador em 1965, passaram então a “maquinar um meio” de afastar o prefeito da capital da disputa.

Isso somente foi possível com o golpe civil-militar de abril de 1964. Sandoval Caju foi cassado e deixou a Prefeitura no dia 8 de abril daquele ano. Seus direitos políticos somente foram restabelecidos em janeiro de 1979.” Extraído de História de Alagoas.

Com a cassação do mandato do prefeito Sandoval Caju, o vice, Vinícius Cansanção, assumiu a prefeitura de Maceió e permaneceu no cargo até 1966.

Nas eleições de 1985, Sandoval Caju foi mais uma vez candidato a prefeito de Maceió, ficando em 4 lugar com uma votação de 2.009 votos (1,48%), cuja a campanha não mais condizia com a realidade dos novos tempos, o que a fez praticamente despercebida.

Sandoval Caju faleceu em Maceió no dia 23 de maio de 1994.



Prefeito JHC quer legalizar imóveis em Maceió, com apoio do TJ/AL

O prefeito JHC se reuniu, nesta quinta-feira (18), com o presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, desembargador Klever Loureiro, e confirmou o interesse da Prefeitura de Maceió em regularizar imóveis de pessoas de baixa renda na capital por meio do programa Moradia Legal. O programa já legalizou mais de 42 mil imóveis em 44 municípios de Alagoas desde sua criação, como informou o Tribunal.

JHC destacou o cunho social do programa e disse que trabalha para beneficiar sobretudo o maceioense que mais precisa do poder público. O prefeito afirmou ainda que depende apenas de um diagnóstico que lhe dará a exata noção do público que será beneficiado.

“É um programa de cunho social muito forte porque vai garantir a titularidade de imóveis a diversos maceioenses e a Prefeitura de Maceió tem total interesse”, destacou, ao dizer: “Não temos noção precisa do impacto que será

gerado em nossa capital, mas sei que será enorme. A procura é enorme”, revela o prefeito.

Ele ressalta que o titular de qualquer propriedade legalizada pode se beneficiar do acesso a financiamentos diversos, como aqueles destinados à reforma e ampliação do imóvel.

O presidente do TJ/AL, Klever Loureiro falou sobre os benefícios do programa. “Muita gente de Maceió que não tem como legalizar seus imóveis vai ser beneficiada com esta parceria”, reforçou Klever Loureiro, ao pedir celeridade ao setor jurídico do Tribunal para viabilizar o convênio o mais breve possível.

“A possibilidade de obter financiamento para pequenas reformas, mas sem ter que hipotecar o imóvel, é uma das grandes vantagens desta legalização. Milhares de alagoanos de 44 cidades já foram beneficiadas”, lembrou o presidente, para quem a repercussão social do programa Moradia Legal é imensa.



Ação visa beneficiar pessoas de baixa renda

De acordo com o TJ, o programa Moradia Legal foi implantado pela Corregedoria Geral da Justiça em 2005, na gestão do então corregedor Washington Luiz. Em sua primeira edição, foram beneficiadas 13 mil famílias. O Judiciário

retomou o programa em 2015, quando regularizou mais 17.200 imóveis no interior do estado.

Na terceira etapa, entre 2017 e 2018, foram mais 7.613 legalizações, em parceria com a Associação dos Notários de Alagoas (Anoreg).

Em 2020, o programa beneficiou 45 municípios e atingiu os 42 mil imóveis, dos quais quase 5 mil na gestão do desembargador Tutnés Airan de Albuquerque. O Moradia Legal já foi implantado em Pernambuco e no Amapá.

PIZZAS A PARTIR DE
R\$ 19,90

(82) 99302-4999
DOMMAIAPIZZAS

TAMBÉM NOS APLICATIVOS: EITO ifood

DOMMAIA pizzas

RESTOS DE ENTULHOS

Prefeitura cancela contrato com empresa denunciada na “Máfia da Metralha”

A Secretaria Municipal de Infraestrutura de Maceió (Seminfra) suspendeu, definitivamente, o contrato com a empresa Aliança Usina de Entulhos, alvo de investigação do Ministério Público por supostos crimes ambientais. A empresa, situada no bairro Santos Dumont, deveria fornecer resíduos de construção civil triturados para a Prefeitura de Maceió, a conhecida “metralha”.

O secretário de Infraestrutura da capital, Nemer Ibrahim, também revelou que a suspensão se deu porque a empresa está sem cumprir o fornecimento material, que deve ocorrer de maneira gratuita para o Município. O gestor explicou que o serviço será feito por meio da Central de Tratamento de Resíduos (CTR) de Maceió, localizada no Benedito Bentes.

No dia 2 de março deste ano, o vereador Fábio Costa (PSB)

denunciou um possível esquema de corrupção na antiga gestão da Prefeitura de Maceió, que gerou um prejuízo de mais de R\$ um milhão aos cofres públicos, além de crime ao meio ambiente, com a contaminação e poluição de uma Área de Proteção Ambiental (APA).

Segundo o relato do parlamentar, que é presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Vereadores, a ação ocorre há sete anos, quando a Prefeitura de Maceió adquiriu uma usina de resíduos, avaliada, atualmente, em um milhão e meio de reais, com o objetivo de receber entulhos da construção civil, realizar o processamento e o reaproveitamento dos resíduos, mesmo o Município contando com um aterro sanitário para essa atividade.

Em ofício enviado ao administrador e sócio da empresa Aliança, o

secretário afirmou que, caso seja comprovado algum dano ao interesse do município de Maceió, a recomposição será cobrada em momento oportuno. Além disso, a empresa fica obrigada a corrigir possíveis problemas ambientais e deverá restituir a área que ocupa para o Município, após ficar comprovado que os danos foram sanados.

Ao suspender o contrato, o secretário considerou que a licença de operação da empresa está cassada e as investigações sobre problemas ambientais. Além disso, o secretário contou à reportagem que a usina de asfalto instalada no local não está funcionando e que esse serviço está sendo terceirizado pela prefeitura.

Nemer Ibrahim revelou que, após todos os trâmites envolvendo a Aliança, pretende realizar licitação para operar uma usina de



Suspensão se deu porque a empresa está sem cumprir o fornecimento material, que deve ocorrer de maneira gratuita para o Município

asfalto em Maceió, mas em outro local diferente do atual, que fica na Área de Preservação Ambiental (APA) do Catolé. Ele disse que não considera a área propícia para o

empreendimento.

A equipe do Rede Repórter tentou contato com a empresa Aliança Usina de Entulhos, mas as ligações não foram atendidas.



Vereador Fábio Costa denunciou um possível esquema de corrupção

De acordo com Fábio Costa, no contrato firmado entre prefeitura e a Atral, ficou estabelecido que a operacionalização da usina de entulho ficaria a cargo da empresa Aliança, supostamente a única empresa com capacidade técnica e expertise para operar a usina.

Conforme explica o vereador, o termo de permissão firmado entre a prefeitura e a empresa seria para que transportadores de resíduos recolhessem os restos de entulhos e os encaminhassem à usina de Reciclagem de Resíduos da Construção Civil.

“Na época da assinatura do termo de permissão, a empresa Aliança era recém-fundada e não

possuía nenhuma licença ambiental. Esta denúncia não aborda somente possíveis crimes contra a administração pública ou irregularidades administrativas, mas vai muito além, posto que a atuação e a atividade da empresa Aliança na exploração da usina de resíduos, ocorreu numa Área de Proteção Ambiental, e gerou gravíssimos danos, os quais estão também tipificados como crimes ambientais”, denunciou Fábio Costa.

O vereador cobrou explicações do gestor à época da Sedet sobre a liberação das licenças para que tal atividade ocorresse em uma área que sequer deveria receber resíduos.

MR. SHAKE

Paíscooa Mix

2 MIX SUNDAS DE R\$ 24,00

POR R\$ 2,00

PRODUTOS PARTICIPANTES Mix Privilégio, Diamante Mix e Mix Ferrero Rocher Especial.

MR. SHAKE PAJUÇARA - AV. DR. ANTONIO GOUVEIA, Nº 475 - SALA 01

#TBT DE RUI

Prefeitura insiste em proteger empresa corrupta por causa de “economia fake”

A Prefeitura de Maceió luta na Justiça para manter o contrato com M Construções e Serviços Ltda, que coleciona processos por diversos crimes. Sim, a empresa responde a acusações de corrupção na Paraíba e no Tocantins. Uma delas, inclusive, envolve irregulari-

dades no contrato de coleta de lixo.

O Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ-AL) determinou que a Prefeitura de Maceió cancele o contrato com a M Construções e Serviços Ltda assinando com a 2ª colocada, a classificada e habilitada no processo licitatório, a Naturalle

Tratamento de Resíduos Ltda, que chegou a prestar um importante serviço até junho de 2020 aqui em Maceió.

Porém, o procurador geral do Município, o desconhecido Diogo Coutinho, que meses atrás pediu a desclassificação da M Construções

nesse processo, hoje é quase um advogado de defesa da mesma.

Segundo autos do processo, que tem a relatoria do desembargador Klever Rêgo Loureiro, a economia fake de R\$ 20 milhões tanto divulgada pela Prefeitura estaria na alteração de nova proposta de

valores, acompanhada de novos documentos relativos à composição dos preços e novas informações e parâmetros que não constavam na proposta originária (por exemplo, alteração do parâmetro de consumo de combustível pelos veículos).

MP DE OLHO

Com licitação viciada e análise trucada, golpe é instaurado

O Ministério Público e a Justiça detectaram que a diferença de preço “nada mais é a diminuição do volume da proposta”. Outro fato estranho, que ainda deve chegar ao Judiciário, é a velocidade que o presidente da Arser, o advogado Rodrigo Fontan, e o presidente da comissão de licitação analisaram mais de mil páginas da proposta e ainda alteraram os membros da comissão de licitação 24hs antes do julgamento, mudando inclusive o próprio entendimento da Superintendência de Limpeza, que deu parecer pela desclassificação da empresa por não ter conseguido responder os questionamentos dos “falsos” valores apresentados.

“Concedo o pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação interposto por Naturalle Tratamento de Resíduos Ltda., sobrestando, portanto, os efeitos da sentença proferida pelo Juízo de Direito da 14ª Vara Cível da Capital/Fazenda Municipal nos autos da ação ordinária nº 0713640- 97.2020.8.02.0001, ao tempo em que defiro o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, para suspender a proposta de preço apresentada pela licitante M Construções e Serviços Ltda”, determinou o desembargador na sexta-feira 7.

Sobre os trabalhos da empresa contratada, o Ministério Público do Estado (MPE), por meio da promotora Norma Sueli Tenório, considerou que “caso não fosse concedida a tutela recursal, corre o risco de o serviço a ser prestado pela M Construções e Serviços Ltda, que não apresentou proposta em conformidade com o edital”, não fosse executado com qualidade desrespeitando o interesse público.



Comissão “analisou” mil páginas em apenas 24 horas

HISTÓRICO

MB Limpeza Urbana, um passado repleto de lixo

A MB Limpeza Urbana faz parte do grupo M Construções & Serviços Ltda, que responde a acusações sérias na Paraíba e em Palmas, no Tocantins. Uma delas envolve irregularidades no contrato de coleta de lixo do município de Bayeux/PB, caso que foi parar no Ministério Público daquele estado.

Para se ter uma ideia, o prefeito do município Berg Lima foi preso durante operação contra corrupção. E mais: o Ministério Público pede que ele seja condenado a mais de 1500 anos de prisão. Como provas, prints de conversas entre o próprio dono da empresa com agentes públicos. O assunto: cobrança para contratação. O fato também envolve outras prefeituras. O contrato de lixo renderia uma propina mensal de R\$ 100 mil de quem aceitasse o acordo. A denúncia fora assinada por representantes do MP e também da Polícia Federal.

Contratada emergencialmente em novembro do ano passado para coletar o lixo da cidade de Palmas, capital do Tocantins, a empresa M. Construções e Serviços Ltda tem como engenheiro responsável na Certidão Negativa emitida pelo CREA-RN, onde tem sede, o ex-diretor da Delta, preso pela Polícia Federal (PF) em 2012.

A empresa, cujo sócio era ligado a Carlinhos Cachoeira, foi pivô de um escândalo envolvendo o ex-prefeito Raul Filho, sobre a contratação da coleta do lixo em Palmas. Conforme descritivo das atividades da empresa indicada vencedora pela Prefeitura de Palmas, a M. Construções e Serviços Ltda entrou no ramo do lixo em 2017, há apenas dois anos.

Essas são as nossas primeiras metas de 2021

ENTREGAR 90mil BENEFÍCIOS EM TODO O PAÍS!

Você vem com a gente?

- 25 mil kits de material escolar**
- 30 mil cestas de alimentos**
- 35 mil kits de limpeza**

realização

Criança 10
PROTEGER A INFÂNCIA É ACREDITAR NO FUTURO

apoio

REDE REPORTER

Doe agora: **LBV.ORG**

Teca Nelma quer vacinação contra o HPV dentro das escolas municipais



'Grito' durante transmissão na Câmara de Maceió rende piadas nas redes sociais

As imagens de um 'grito' durante uma transmissão na Câmara de Maceió, nesta quinta-feira (18), viralizou nas redes sociais e rendeu diversos comentários e piadas dos internautas.

Internautas se perguntaram quem havia gritado, já que a câmera estava desligada.

"QUE ISSO?" no nosso melhor sotaque", reagiu uma das

internautas. Outro brincou e disse que o 'grito' poderia ter sido causado pela picada de um escorpião.

Outras pessoas se perguntaram quem havia gritado, já que a câmera estava desligada. Já um quarto internauta percebeu o nome no vídeo e comentou: "iPhone de Silvânia, ela foi mais rápida pra desligar o microfone do que eu para identificar."



A vereadora Teca Nelma apresentou um projeto de lei para que a vacinação de crianças e adolescentes contra o vírus HPV ocorra também dentro das unidades escolares, na rede municipal de ensino. Além disso, o projeto também cria o dia "D" de combate ao câncer de colo do útero, na data de 25 de março. "Esse Projeto de Lei se preocupa, principalmente, com a prevenção, com o direito à informação e em proteger a vida das nossas mulheres", afirmou a vereadora.

O projeto foca nas diretrizes da Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunizações, vinculada ao Ministério da Saúde, priorizando o

público alvo de meninas e adolescentes, de 9 a 14 anos, e meninos e adolescentes de 11 a 14 anos. Não excluindo as demais crianças e adolescentes que, eventualmente, não estejam matriculadas em unidades de ensino.

A vereadora reforça que, apesar do HPV ser um vírus frequentemente encontrado nas mulheres, ele pode ser extremamente danoso a longo prazo. Principalmente no Nordeste, que detém uma maior incidência do vírus. "Também estamos no Março Lilás, mês de campanha para conscientizar sobre o câncer do colo do útero, causado pela infecção persistente do HPV. No Brasil, esse é o terceiro tipo de

câncer que mais acomete as mulheres. Isso reforça a importância de imunizar essas jovens o mais cedo possível".

O município de Maceió já tem uma lei, de autoria da deputada federal Tereza Nelma, quando era vereadora, instituindo o Março Lilás e dedicando o mês ao combate ao câncer de colo de útero. "É muito importante que, além de receber a vacina, esses jovens tenham acesso à informação e as formas de prevenir o contágio por esse vírus, para que assim possamos avançar nesse combate", reafirmou a vereadora.

O projeto segue em tramitação na Câmara Municipal de Maceió.

Vereadora resgata mais nove animais no bairro do Poço

A vereadora Teca Nelma, junto de sua equipe e da presidente da Comissão de Bem Estar Animal da OAB-AL, Rosana Jambo, realizaram um resgate emocionante na tarde desta segunda-feira. Nove cachorros, mãe e mais oito filhotes recém nascidos, estavam abandonados

em uma casa no bairro do Poço, há dias sem água e alimentação.

Segundo os vizinhos, o dono da residência foi embora e deixou os animais presos. Eles não souberam informar o paradeiro do morador. Um vídeo, encaminhado à equipe da vereadora mostra, inclusive, um

dos cachorros recém nascidos caído dentro de uma caixa de gordura da casa.

Teca Nelma resgatou os animais e os encaminhou ao Abrigo Adote uma Vida, onde receberão os cuidados necessários e, em breve, estarão disponíveis para adoção.

PDT pede a cassação do mandato de vereador por ato que atrapalhou a vacinação em Maceió

O diretório municipal do Partido Democrático Trabalhista (PDT) formalizou hoje (16/03) perante a Câmara Municipal de Maceió pedido para cassar o mandato do Vereador Leonardo Dias por ter participado, divulgado e incentivado ativamente a manifestação no dia 14 de março de 2021 em posto de vacinação no estacionamento do Jaraguá, provocando transtornos, causando tumulto e fazendo com que alguns idosos desistissem de tomar a vacina naquele momento.

No dia da manifestação, imagens circularam nas redes sociais, sendo possível perceber a aglomeração causada pelo vereador, pelos organizadores e por outros seguidores do presidente Jair Bolsonaro, que não usaram máscaras nem respeitaram o distanciamento social.

A polêmica envolveu o Prefeito de Maceió JHC, que, após o fechamento do posto de

vacinação, utilizou o Twitter para reclamar do episódio de invasão do estacionamento de Jaraguá. E acusou "um vereador" de participar e organizar o movimento.

Em seguida, o Vereador Leonardo Dias pediu que JHC dissesse nomes. E o prefeito afirmou que a carapuça tinha servido ao vereador. "Vá trabalhar e não fazer arruaça num domingo em um local de vacinação", afirmou o Prefeito.

Em decorrência desse episódio, o Presidente da Câmara Municipal de Maceió, Galba Neto, recebeu hoje (16/03) um grupo ligado ao diretório municipal do PDT, que formalizou um pedido de investigação e punição do vereador perante a Comissão de Ética Parlamentar da Casa.

Subscreveram a petição o Presidente Municipal do PDT, Judson Cabral, o Assessor Jurídico do Partido, Marcondes Costa, os representantes do Movimento

Juventude do PDT Alagoas, Caio Lima, do Movimento Juventude do PDT Maceió, Thiago Toledo, da Fundação Leonel Brizola, Jurandir Bóia e Geraldo Carvalho, do Movimento Cultural Darcy Ribeiro, Charlene de Barros, da Ação da Mulher Trabalhista de Alagoas, Kátia Born e da Ação da Mulher Trabalhista de Maceió, Sandra Gomes.

Para o advogado do PDT, Marcondes Costa, "a notificação com pedido de providências mostra que o partido está atento ao que acontece na sociedade maceioense, estando em defesa dos idosos, da saúde pública e especialmente da vida. E que fatos como esse não podem ficar impunes, de forma que, agora, a apuração e decisão cabem à Câmara Municipal de Maceió".

Cabe agora ao Presidente da Câmara Municipal dar ou não prosseguimento ao processo.

IMUNIZAÇÃO

Governo envia à ALE projeto de lei que autoriza compra direta de vacinas

O governador Renan Filho encaminhou à Assembleia Legislativa Estadual (ALE), nesta sexta-feira (19), um projeto de lei que autoriza o Governo de Alagoas a comprar diretamente vacinas contra a Covid-19. O projeto foi entregue nas mãos do presidente da ALE, deputado estadual Marcelo Victor, no Palácio República dos Palmares.

Renan Filho afirmou que o projeto foi encaminhado em regime de urgência, para que o Estado possa agilizar o processo de vacinação em Alagoas. “Queria pedir aos deputados que, se vocês votarem o projeto já no início da próxima semana, quem sabe na terça-feira o Estado já estará autorizado a assinar contrato para, assim, a gente seguir fortalecendo o Plano Nacional de Imunização e também o Plano Estadual de Imunização”, apelou.

No encontro, o governador apresentou ao presidente da Assembleia o panorama da pandemia em Alagoas, com números de internação, de leitos de UTI abertos, e o desempenho de



Deputado Marcelo Victor e governador Renan Filho em reunião na manhã desta sexta-feira (19)

Alagoas no enfrentamento ao vírus, comparado com o desempenho nacional. “Alagoas é hoje o terceiro estado do Brasil onde menos morrem pessoas por Covid-19, e isso é

muito importante”, destacou Renan Filho, reforçando que a solução para a crise sanitária e econômica é a vacinação em massa da população.

“A saída para essa crise é a vacina, é imunizar o nosso povo. Isso garantirá segurança sanitária, mais saúde às pessoas e garantirá a saída também dessa crise econômica, que

atrapalha tanta gente. Conto com a Assembleia Legislativa nesse momento, como sempre contei, porque Alagoas espera isso de nós”, finalizou.

EXPANSÃO DA REDE

Mais 35 leitos de Unidade de Terapia Intensiva foram abertos esta semana; secretário Alexandre Ayres faz apelo à população para que as medidas de distanciamento controlado sejam mantidas

Alagoas chega a 1.163 leitos exclusivos para Covid-19; 366 deles são de UTI

Em busca de garantir os melhores cuidados para os alagoanos que foram infectados pelo novo coronavírus, a Secretaria de Estado da Saúde (Sesau) não mediu esforços em abrir leitos exclusivos para o tratamento da doença. Em um ano de pandemia, a Sesau disponibiliza 1.163 leitos na Rede Pública para atender aos usuários que precisam do Sistema Único de Saúde (SUS), tanto na capital como no interior do Estado.

Desse total, 366 vagas são em Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) para tratar os casos mais graves de pacientes com a Covid-19. A ampliação mais recente de leitos de UTI em Alagoas aconteceu com a abertura de 35 novas vagas em Maceió e em Arapiraca, na última quinta-feira (18).

Foram ampliados 10 leitos de UTI no Hospital de Emergência do

Agreste (HEA), mais 11 no Hospital Chama e 14 no Hospital Metropolitano de Alagoas. Mais cinco vagas de UTI estão sendo montadas. A atualização completa da ocupação de leitos é disponibilizada pela Sesau neste site a partir das 17h.

Além desses municípios, o povo alagoano tem também à disposição vagas de UTIs nas cidades de Coruripe, São Miguel dos Campos, Santana do Ipanema União dos Palmares, Porto Calvo, Palmeira dos Índios e Penedo.

Para o devido funcionamento de um leito de UTI é necessário ter ventilador mecânico, monitor multiparamêtro, bomba de infusão de medicamentos, oxímetro, entre outros materiais, além de profissionais capacitados para dar o suporte necessário aos pacientes.

Alerta – Por essa dificuldade

em abrir e manter novos leitos de UTI, o secretário de Estado da Saúde, Alexandre Ayres, faz um alerta à população ao afirmar que poderá chegar um momento em que não será possível ampliar leitos na rede pública de saúde.

“A situação é muito grave. Vivemos uma crescente na ocupação de leitos de UTI, e a luta que está sendo feita é para evitar o colapso da saúde em Alagoas. A Rede Pública de Saúde ainda não entrou em colapso pela capacidade que temos para a abertura de novas vagas, mas, se continuar dessa maneira, podemos chegar a um momento em que não teremos mais leitos nos hospitais. Então, a população precisa entender o papel fundamental que tem no enfrentamento à Covid-19”, reforça o secretário Alexandre Ayres.

Taxa de ocupação nas UTIs –

A preocupação se confirma com o boletim divulgado na tarde da quinta-feira (18), no qual mostra que dos 361 leitos disponíveis para usuários do SUS, 292 estavam ocupados com pacientes infectados pela Covid-19, o que representa 81% de ocupação.

O titular da saúde de Alagoas ainda faz um apelo à população para que entenda o empenho que está sendo feito pelo Governo de Alagoas. “Estamos passando por um momento crítico, precisamos da colaboração e conscientização de todos. Então, fazemos um apelo aos alagoanos para evitar aglomerações, fazer o uso de máscara, higienização constante das mãos. O povo deve se proteger de verdade, principalmente com a chegada da quadra chuvosa, quando os casos de doenças respiratórias se multiplicam”, alertou.

Arthur Lira qualifica crise de Covid-19 no Brasil de vexame internacional

Com discurso em defesa da união entre os Poderes e sem querer apontar culpados, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou nesta quinta-feira (18) que é preciso ampliar a vacinação e aumentar o número de leitos para “evitar essa agonia e esse vexame internacional”, em referência à crise sanitária no país causada pela Covid-19.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), por sua vez, cobrou ações do Ministério da Saúde e coordenação do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), no enfrentamento à pandemia.

Nos últimos dias, várias cidades decretaram lockdown para tentar conter a disseminação do coronavírus, após um colapso no sistema de saúde e um aumento do número de mortes. Na quarta-feira (17), o país registrou 2.736 mortes

por Covid, o segundo maior número da pandemia, e completou 19 dias seguidos de recordes na média móvel de óbitos, que agora chegou a 2.031. Lira participou de uma videoconferência com o ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), promovida pela Conjur.

Na conversa, Lira, líder do centrão, foi questionado sobre quais medidas podiam ser adotadas para que o país saísse da atual situação de crise sanitária. O deputado destacou, entre outros projetos aprovados pelo Congresso, um que facilita a compra da vacina por estados, municípios e empresas. “Não há outras medidas hoje que não sejam facilitar a compra de vacinação, o aumento de leitos e o aumento de vacinas”, disse. “Os brasileiros precisam ter esse conforto, e nós precisamos evitar essa agonia e esse vexame internacional.”

Não há outras medidas hoje que não sejam facilitar a compra de vacinação, o aumento de leitos e o aumento de vacinas”. “Os brasileiros precisam ter esse conforto, e nós precisamos evitar essa agonia e esse vexame internacional”



Lira cita 'agravamento da pandemia' e restringe circulação na Câmara

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), decidiu na quinta-feira (18) restringir por duas semanas a circulação de parlamentares e funcionários no plenário, nas comissões e nas dependências da Casa.

As medidas começaram a valer já nesta sexta (19). Em nota divulgada, Lira informou que a “Câmara funcionará com o mínimo de servidores necessário para o funcionamento virtual das sessões” e que a decisão foi motivada pelo agravamento da pandemia de Covid-19 no país.

Nas próximas duas semanas, poderão entrar na Câmara apenas o presidente Arthur Lira e os líderes partidários, informou a assessoria da presidência da Casa. Os presidentes de cada uma das 25 comissões permanentes poderão entrar no prédio, mas apenas nos dias em

que houver reunião marcada dos respectivos colegiados. No caso de servidores e assessores, será permitido apenas o “número necessário” para viabilizar as sessões e reuniões remotas.

Até fevereiro deste ano, o acesso à Câmara era restrito a um grupo pequeno de parlamentares e servidores. As sessões eram realizadas de forma virtual, e as votações, registradas por aplicativo de celular. As comissões permanentes ficaram fechadas por todo o ano. Eleito para a presidência da Câmara, Arthur Lira decidiu adotar um modelo híbrido sob o argumento de que era necessário retomar a atividade presencial na Câmara. A votação por aplicativo foi mantida, mas os parlamentares foram autorizados a circular pelas dependências da Câmara. O acesso, antes, só era garantido aos líderes de cada partido.

Congresso garante indenização de R\$ 50 mil a profissionais de saúde vítimas da covid-19

O Congresso Nacional derubou na quarta-feira, 17, veto do presidente da República ao Projeto de Lei 1826/2020, aprovado em julho de 2020 com amplo apoio na Câmara e no Senado. A proposta faz justiça aos profissionais de saúde que estão na linha de frente do combate à covid-19, salvando milhares de vidas.

Um dos principais destaques é o texto do PL 2000/2020, de autoria do deputado Célio Studart (PV-CE), que havia sido incorporado ao projeto aprovado ano passado. A proposição determina a indenização no valor de R\$ 50 mil a familiares de profissionais

de saúde vítimas do coronavírus.

A matéria que tinha sido vetada determina, ainda, a indenização aos profissionais que ficaram permanentemente incapacitados após a infecção, como médicos, enfermeiros e fisioterapeutas.

Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Enfermagem, Célio lembra que a atuação dos profissionais de saúde é fundamental no combate à doença e ressalta a urgência da valorização e respeito pela categoria. Para ele, tanto a indenização por incapacidade quanto aquela a ser paga aos familiares dos que morreram representam o mínimo que o governo deveria fazer diante

da atuação desses profissionais.

Dados dos conselhos Federal de Enfermagem (Cofen) e de Medicina (CFM) apontam, respectivamente, a morte de 624 médicos e 662 enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem desde o início da pandemia. “É inaceitável que o Brasil represente um terço das mortes dos profissionais de Enfermagem do mundo. Essas pessoas trabalham dias e dias sem parar para salvar vidas. O mínimo que podemos fazer é lutar por elas e por seus direitos. A cada profissional de saúde envolvido nesta luta, o sentimento é de profunda gratidão”, ressaltou Célio Studart.

